

DIALÉTICA, UTOPIA E ALTERNATIVAS: O MOVIMENTO ESTUDANTIL E OS “NOVOS SUJEITOS REVOLUCIONÁRIOS” EM HERBERT MARCUSE¹

Pablo Almada²
pabloera@gmail.com
UEL

Resumo

O presente artigo apresenta o pensamento do filósofo alemão Herbert Marcuse acerca das crises das utopias em meados do Século XX e a formulação de alternativas. Partindo da dialética hegeliana, Marcuse compreende uma situação de fechamento das alternativas e parte por semear novas possibilidades a partir dos levantes estudantis. Suas considerações sobre o movimento estudantil tornam-se centrais nesse aspecto, pois é a partir dele que Marcuse compõe um importante caminho para a definição dos “novos sujeitos revolucionários”, que oscilam entre o fechamento das alternativas políticas e a emancipação artística, entre a utopia e a realidade. Ao fim, avalia-se a emergência da nova esquerda como alternativa política a partir de sua composição heterogênea e o amplo uso da imaginação para a criação de novas perspectivas de emancipação social.

Palavras-chave: Movimento Estudantil, Utopia, Nova Esquerda, Herbert Marcuse, Emancipação Social.

Abstract

This paper presents the thought of German philosopher Herbert Marcuse on the subject of crises of the utopias in the mid-twentieth century and the formulation of alternatives. Starting from the Hegelian dialectic, Marcuse understands a closing situation of the alternatives, leading him to seek up new possibilities from the student uprisings. His considerations of the student movement have become crucial in that respect because it is from it that Marcuse composes an important way for the definition of "new revolutionary subject", that oscillate between the closing of political alternatives and the artistic emancipation, between utopia and reality. At the end, we evaluate the emergence of the New Left as a political alternative from its diversified social composition and the widespread use of the imagination for creating new perspectives for social emancipation.

Keywords: Student Movement, Utopia, New Left, Herbert Marcuse, Social Emancipation.

¹ Artigo recebido: 16.06.2015. Artigo aprovado: 30.10.2015.

² Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Graduado em Ciências Sociais - Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Mestre em Sociologia: Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo pela Universidade de Coimbra. Doutor em Democracia no Século XXI pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

1. Introdução

A crise das ideologias foi, durante a metade do século XX, uma das temáticas que esteve presente em grande parte das elaborações sociológicas, seja a partir do marxismo ocidental, seja pelo pós-estruturalismo francês ou pelas teorias pós-industriais norte americanas. O filósofo alemão Herbert Marcuse trabalhou sobre esse problema, constatando que tratava-se de um momento onde restariam poucas alternativas para a superação da sociedade capitalista, em especial, após o desenvolvimento de seus moldes “unidimensionais”. A influência das manifestações estudantis na França, Alemanha e Estados Unidos, bem como os conflitos de libertação nacional que estavam ocorrendo no chamado “Terceiro Mundo” e os movimentos por direitos civis norte-americanos, por sua vez, permitiram o filósofo a formular uma nova perspectiva de sujeitos emancipatórios, descentralizando a relação histórica da classe trabalhadora com a transformação social.

Por conta dessa temática, Marcuse tornou-se uma das principais influências da chamada nova esquerda (*New Left*), na Europa e nos Estados Unidos, pois procurou compreender alternativas à esquerda “oficial”, incorporando a crítica ao dogmatismo, o anti-totalitarismo, a partir da composição heterogênea apresentada por esses novos atores sociais. A viragem teórica, operada pelo deslocamento da centralidade da classe trabalhadora, principalmente europeia, para novos sujeitos que surgiriam no chamado Terceiro Mundo trouxe uma abertura positiva para a renovação das formas de ação política. Entretanto, a importância do movimento estudantil, presente em seus estudos, correu o risco de visualizar os novos sujeitos através de fatores conjunturais que, embora corretos, não abarcam a totalidade dos problemas emergentes, a saber, a continuidade de um domínio imperialista. A fratura teórica e prática que perpassa essas considerações é a da interpretação dos sujeitos sem sua inter-relação dialética com a estrutural global da sociedade capitalista. Mas é através dessa insuficiência que também se pode perceber outro fator presente: partes do movimento contestatário estudantil

não apenas gostaria de estreitar seus laços com a classe operária europeia, mas construir ações conjuntas mais amplas globalmente.

2. A sociedade unidimensional e a crise da contestação social

Como um dos mais importantes teóricos da Escola de Frankfurt, Herbert Marcuse debateu com a prática revolucionária, ativista e política dos anos 1960, tendo em vista a *Kulturkritik*, pautada nas mudanças estruturais da sociedade capitalista, nos mal-estares e nas aspirações emergentes daquele tempo. A operação de atualização do marxismo – à luz das realidades do capitalismo avançado e dos contributos teóricos de Heidegger e Freud – ofereceu uma visão diferenciada dos sujeitos revolucionários. Sua crítica também se direciona ao totalitarismo (e em especial o totalitarismo soviético), como um sistema de dominação, que se fundamentaria em ideologias que utilizavam da racionalidade institucional e tecnológica para a completa dominação, marcada por elementos de mecanização, negação da manifestação individual, com intuito de desenvolver uma sociedade planejada racionalmente em todos os seus pormenores (Marcuse, 1973).

Para entender as análises sobre a sociedade unidimensional, é imprescindível retomar a compreensão da filosofia da história a partir de Hegel. Para Marcuse (2004), o fundamento da História seria a dialética, que revela a racionalidade humana, suas leis, tendências e significações: a Razão seria o “soberano do mundo”, sem qualquer finalidade definida, existindo por si só, demonstrando a História *nos* e *pelos* fatos e abdicando de quaisquer leis da História. A marca das teorias filosóficas do Século XIX estaria na adoção da concepção de História como *progresso*, elucidada pela passagem do Antigo Regime para os Estados Nacionais e para a Modernidade Iluminista, com a ascensão da burguesia e seu projeto iluminista, interpretando “os fatos históricos como sinais que indicavam o homem em direção da razão” (Marcuse, 2004, p. 197).

Nesse sentido, Marcuse demonstra que a racionalidade iluminista estaria assentada no progresso humano que visava atingir um estágio superior da humanidade

através da razão. A Filosofia da História de Hegel, assim como lida por Marcuse, apresentaria uma tese central, a de que a realização do homem ocorre na história, através do espírito (em termos idealistas), porém guiada pela Razão como o princípio dessa realização, fato que irá permanecer na tradição da filosofia crítica e na sociologia marxiana. O *motor da história* seria o movimento e o caminho de desenvolvimento do qual a Razão seguiria para o esclarecimento humano, conforme se daria o desenvolvimento universal do racionalismo. A história universal (*Weltgeschichte*) seria a história do espírito do mundo (*Weltgeist*) e do desenvolvimento de sua potencialidade: a história seria *unívoca e dialética*, por princípio. Esse fundamento da História estabeleceria o Estado como universal e representação do movimento efetivo da História, pois em Hegel, o Estado Moderno seria a celebração da liberdade Iluminista e a plenitude do espírito humano, concretizando sua tarefa universal de conquista de um estágio racional superior. Para a filosofia especulativa, “a fase superior, entretanto, será finalmente alcançada; cada obstáculo no caminho da liberdade é superável pelos esforços de uma humanidade consciente” (Marcuse, 2004, p. 200). Para Hegel, a “fase superior” determinaria o princípio universal da História, cuja lei fundamental se desenrola no progresso autoconsciente da liberdade, atingindo o estágio da consciência filosófica. A determinação aqui contida trata da plenitude estabelecida pelo Homem, em que o sujeito da história seria o Espírito do Mundo. A inversão materialista operada por Marx, que colocaria as relações humanas no centro da história, ao invés do espírito, manteria o movimento dialético da negação e superação, assegurando a racionalidade no *motor da história*, a luta de classes. Essa constatação inicial permeará as obras de Marcuse.

Nesse sentido, é importante perceber como os aspectos concernentes à racionalidade prosseguem nas análises da sociedade unidimensional (Marcuse, 1973). Resultante dos acertos políticos e econômicos do período Pós-Guerra e por conta da aceitação do Estado enquanto “desenvolvimento superior da racionalidade”, a sociedade unidimensional teria como fundamento a intensa racionalização dos processos da vida

cotidiana, resultando na rasura e integração das dimensões da vida privada e pública. Para esse efeito, a classe trabalhadora, outrora considerada como única capaz de promover tal mudança, teria sido integrada aos mecanismos do Estado, impossibilitando a realização de seu papel historicamente atribuído. O que se deveria buscar seria uma nova dimensão, a dimensão de crítica cultural, de recusa do Establishment e com ênfase no imaginário. Apesar disso, os novos caminhos para a superação da sociedade repressiva se encontrariam fechados por conta dos mecanismos de racionalidade do sistema, o “padrão de pensamento unidimensional”, quando “as ideias, as aspirações e os objetivos que por seu conteúdo transcendem o universo estabelecido da palavra e da ação são repelidos ou reduzidos a termos desse universo” (Marcuse, 1973, p. 32). O pensamento unidimensional seria então promovido pelos elaboradores da política e pelos meios de comunicação em massa, formulando uma lógica totalitária tanto dos regimes capitalistas como dos comunistas, que restringiriam a liberdade dos indivíduos e “transforma[ndo] o progresso científico e técnico em instrumento de dominação” (Marcuse, 1973, p. 35). O progresso, como construído historicamente, não pode ser considerado neutro, pois ele contém, em termos positivistas, a possibilidade de melhora da condição humana, em termos de *status quo*, desafiando toda a transcendência humana. Novamente, destaca-se a preocupação da tecnologia enquanto força produtiva, que acabaria por reduzir a racionalidade a uma racionalidade técnica, falsamente neutra.

Enquanto muitos assimilam a tendência de consumação da racionalidade tecnológica, outros, os setores mais avançados da sociedade industrial, se esforçam para conter essa tendência no seio das instituições estabelecidas. Assim, com uma dominação do homem e da natureza cada vez mais eficaz, se valendo da utilização de novos recursos, seria possível a revelação de uma irracionalidade, cujo resultado poderia ser a barbárie. A dominação disfarçada de afluência e liberdade se estenderia a todas as esferas da vida pública e privada, integrando a oposição autêntica e absorvendo as alternativas. A tecnologia, como modo de produção que utiliza a totalidade dos

instrumentos, dispositivos e invenções, teria, na forma de organizar e modificar as relações sociais, a reprodução fiel da manifestação do pensamento e dos padrões de comportamento dominantes; ou seja, assumindo-se como um verdadeiro instrumento de controle e dominação. E isso ocorre pela organização do aparato industrial voltado para a satisfação das necessidades crescentes dos indivíduos, explorando com êxito a produtividade de mercadorias e serviços. Provém disso atitudes e hábitos prescritos, que mobilizam a sociedade em seu todo, com a promessa utópica do ócio, do entretenimento e de lazer organizados. A sociedade moderna sustentada pelo aparato tecnológico se tornaria totalitária³, ao exigir dos indivíduos a aceitação de seus princípios e instituições, como legítimo objetivo de aumento da produtividade para a satisfação das necessidades. O sistema de vida eficaz e aparentemente conveniente postularia ao indivíduo a aceitação de suas instruções para ser bem sucedido, subordinando a espontaneidade a uma sabedoria anônima preordenada. A dominação funcionaria então como a administração total das necessidades e prazeres, escravizando o homem no trabalho e no lazer, preenchendo o tempo livre dos indivíduos com programações dirigidas, fabricando uma humanidade apta a consumir objetos inúteis, cuja obsolescência é desejada e programada.

Por conta desses motivos, a administração da sociedade unidimensional se encarregaria de gerar o bem-estar, de Leste a Oeste, através de uma racionalidade tecnológica imposta pelas instituições, por seus dispositivos e pela organização das indústrias. O sucesso individual estaria em se adaptar a esse aparato, reduzindo e praticamente eliminando qualquer autonomia humana de pensamento para uma direção oposta. O estabelecimento de um sistema de controle, de produção e de consumo padronizado foram os principais elementos que se criaram para impedir a “autonomia da razão”, desenvolvendo valores – aparentes e infundados – cujo objetivo é

³ O sentido da expressão "totalitária" utilizado por Marcuse (1973) não caracteriza um sistema terrorista de governo, mas define o sistema específico de produção e distribuição em massa, que existe em razão da manipulação do poder inerente à tecnologia.

a manutenção e funcionamento do aparato industrial, não satisfazendo as necessidades humanas – objetivas e, portanto, reais⁴.

Marcuse questiona como o homem pode criar condições de liberdade se, por fim, ele acaba por se identificar com a sociedade tecnológica. Se a libertação depende da consciência de servidão, o surgimento desta consciência acaba sendo impedido pela predominância das necessidades falsas e das satisfações repressivas do próprio indivíduo, como a sublimação repressiva do Eros (Marcuse, 1975). O ideal seria a substituição das necessidades falsas e o abandono da satisfação repressiva, ainda que isso pareça estar no campo da utopia. Quando se analisam as possibilidades de escolha sobre a ampla variedade de mercadorias e serviços – o que aparentemente representaria a liberdade de escolha – ela somente pode estar presente na forma da liberdade de escolha sobre elementos que mantêm o controle social da vida, determinando previamente o grau de liberdade do indivíduo. A sociedade da tecnologia, por sua produção e distribuição massificada, invadiu o espaço privado do indivíduo, eximindo-o do desfrute de sua liberdade em plenitude. Esse fenômeno é uma *mimese* da representação da personificação da Razão para os interesses de outros grupos sociais, elaborado e controlado, em seu todo, pelo modelo tecnológico. A racionalidade tecnológica constitui a etapa mais progressiva da alienação do indivíduo, a da perda completa de sua individualidade e da racionalidade crítica, pois a alienação torna-se inteiramente objetiva. Por isso, o padrão de pensamento e comportamento unidimensionais implica na redefinição de ideias, aspirações e objetivos nos termos da racionalidade do sistema. Entretanto, quanto mais a tecnologia cria as condições para

⁴ A distinção entre as necessidades falsas e as necessidades verdadeiras é um exemplo dessa antinomia. As **necessidades falsas** são determinadas por forças externas, sobre as quais o indivíduo não possui controle algum, são produtos de uma sociedade totalitária, repressora dos pensamentos e comportamentos humanos. Por outro lado, as **necessidades verdadeiras** representam a realização de todas as necessidades vitais, reais e objetivas do ser humano, como o alimento, roupa, teto (Marcuse, 1973).

pacificação, mais a mente e o corpo do homem são organizados contra essa alternativa. É a contradição interna desta civilização: *o elemento irracional de sua racionalidade*.

Portanto, a sociedade industrial acaba sendo organizada para a dominação do homem e da natureza, para utilização eficaz de seus recursos. Torna-se irracional quando o êxito desses esforços cria novas dimensões de realização humana, ou seja, esforços intensos para conter tal tendência no seio destas instituições. Além disso, a dominação estende-se a todas as esferas da vida pública e privada, integra toda oposição autêntica, absorve todas as alternativas. A racionalidade tecnológica revela o seu caráter político ao se tornar o melhor veículo de dominação, criando um universo totalitário, no qual a sociedade, a natureza, o corpo e a mente mantêm-se num estado de permanente mobilização para defesa desse universo. A sociedade unidimensional altera a relação entre o racional e o irracional, contrastando-se com aspectos fantásticos e insanos de sua irracionalidade intrínseca, fazendo com que “o reino do irracional torne-se o lar do realmente racional” (Marcuse, 1975, p. 210).

3. Os estudantes e a grande recusa

Sob o frescor dos levantes estudantis de 1968, Marcuse (1974) fez algumas reflexões junto aos estudantes canadenses no Aeroporto de Vancouver. Reafirmando a pertinência de seu diagnóstico sobre a sociedade unidimensional, realizado anos antes, constatava uma paralisia da crítica, que criou uma sociedade sem oposição e homogeneizada. A permissão de mera integração do indivíduo ao sistema estabelecido teria a finalidade de aceitação da produtividade do trabalho e do crescimento do nível de vida possível no sistema capitalista. Evitando quaisquer generalizações, Marcuse via exceções nesse panorama, que não se repetiria em “países capitalistas menos desenvolvidos”, como na França e Itália, pelo motivo de haver uma tradição política sindical ainda ativa, contando com a colaboração ativa do movimento estudantil e de poucos grupos da classe operária (Marcuse, 1974, p. 8). Por isso, a sociedade unidimensional ofereceria a “inoculação nos indivíduos das exigências do sistema social

estabelecido”, fazendo com que a satisfação perpetue o crescimento de suas estruturas de dominação, obscurecendo o conflito e o contraste.

Se faz significativo apontar que os aspectos unidimensionais se desenvolveriam concretamente, através do monopólio e da manipulação das informações, da aceitação ou negação do *Establishment*, do crescente poderio das superpotências americana e soviética. Porém, seria possível, nesse cenário de tamanha adversidade, oferecer algum tipo de alternativa para essa sociedade unidimensional? Marcuse observa que existiriam várias forças de resistência articuladas no chamado Terceiro Mundo e operariam grande influência em várias localidades, sobretudo, através de uma ampla resistência contra a Guerra do Vietnã, ou mesmo através do sucesso revolucionário de Cuba. Além disso, já seria possível vislumbrar algumas incertezas econômicas, uma crise monetária, o crescimento da inflação, a produção de “inutilidades”, além de “uma nova oposição radical dentro do superpoder [...] com novos objetivos, novos valores, novas regras” (Marcuse, 1974, p. 16). Assim, dois fatores unificariam essa oposição: uma composição heterodoxa, “não originária das classes trabalhadoras mas da intelligentsia da classe média e especialmente dos estudantes”, conjuntamente a novos “alicerces e objetivos” (Marcuse, 1974, p. 18).

Aqui se delinea um aspecto principal: qual seria a força real dos estudantes perante essa estrutura social unidimensional? A forte influência conjuntural permitiria constatar alternativas, levando-se em consideração, tanto os aspectos de qualificação educacional, quanto da articulação de objetivos das lutas sociais. Aos estudantes, um papel privilegiado poderia ser atribuído, conforme as estruturas sociais do Estado Providência admitiam que houvesse uma mobilidade ascendente através da aquisição de títulos escolares. Mas esse ponto parece ser bastante controverso, no que tange a situação objetiva das gerações nascidas nos anos 1960: se por um lado haveria “uma multiplicação por dois da proporção de diplomados do ensino superior e uma multiplicação por dois da proporção de filhos de quadros médios e superiores e das profissões intermediárias”, por outro, “a estrutura social na qual virão a entrar (...) não

desfrutará da multiplicação de vagas no seio das categorias médias e superiores que permitiria um *status quo* do valor dos títulos escolares e das oportunidades de promoção (Chauvel, 2002, p. 68-69). Com efeito, esse contraste evidencia que em muito Marcuse deixa de lado os aspectos de formação estrutural das classes sociais nesse período. Considerando-se que haveria uma centralidade de ação dos estudantes, seria preciso compreender em que medida e através de quais transformações estruturais a classe média haveria aparecido com a força emancipatória atribuída, principalmente, num momento em que as universidades ainda eram bastante elitizadas. Como essa referencia é escassa, a própria alternativa fornecida por Marcuse ignora esse elitismo, porque, seu agente social emancipatório não é completamente identificado, ou mesmo por considerar a elite como revolucionária (Mészáros, 2004). De outro modo, o progresso tecnológico e sua mediação pelo Estado, amplamente criticados por Marcuse, também ofereceriam uma positividade produtiva, operada por um sistema capitalista organizado, que controlaria suas crises cíclicas e que manteria altos padrões de vivência para a classe trabalhadora permanecendo imobilizada (Mattick, 1972).

A complementaridade do aspecto anterior se dá em compreender as características dos movimentos, ou seus objetivos: os estudantes teriam como alvo a grande dominação exercida na sociedade unidimensional, mas suas lutas não apareceriam de forma homogênea, pois haveria uma grande quantidade de questões que estavam sendo colocadas em xeque, em várias partes do mundo. Porém, Marcuse não percebe uma unidade dessas lutas no contexto nacional. Fato é que, sem perceber essa unidade, sua crítica fica vulnerável ao propor uma forma de emancipação social, por determinados sujeitos, articulados pela ação política, mas não necessariamente articulados pela estrutura econômica e com referência às crises sociais provenientes dessa estrutura. Segundo Paul Mattick (1972, p. 99), num momento em que a classe trabalhadora se encontrava apática e apesar de “estudantes, intelectuais e outros membros da nova classe média não proprietária exibem consideráveis interesses políticos em questões aparentemente isoladas, como a guerra, desarmamento, direitos

civis”, tais movimentos somente ganhariam real efetividade quando “combinados com o poder político real, que pode ser produzido apenas pela população trabalhadora”.

Porém, Marcuse procura explicar essa situação através da paralisia da crítica, mas atribuindo grande ênfase na *dimensão estética*, que conservaria a “liberdade de expressão que permite ao escritor e ao artista chamar os homens e as coisas por seus nomes – dar nome ao que seria de outro modo inominável” (Marcuse, 1973, p. 216). Haveria então, uma pequena possibilidade de saída emancipatória, estabelecida pela dimensão estética e pela arte, mas que logo se colocaria imune à integração. Tal possibilidade se faria real segundo uma “racionalidade de negação” própria da arte, a chamada Grande Recusa, “o protesto contra o que é”, permitindo o homem a recriar sua “existência real”, sem qualquer desconexão entre o mundo do trabalho e o mundo da arte (Marcuse, 1973, p. 75).

Por isso, a dimensão estética teria seu princípio de recusa, pois mesmo integrada, ela conteria a conservação da imaginação para “experimentar em novos terrenos, nos quais as imagens são traduzidas em aptidões e projetos históricos” (Marcuse, 1973, p. 229). No entanto, não estaria essa imaginação corrompida pela sociedade unidimensional e seu vício tecnológico? A resposta positiva implica na recriação da imaginação: “Libertar a imaginação de modo que lhe possam ser dados todos os seus meios de expressão pressupõe a repressão de muito do que é agora livre e que perpetua uma sociedade repressiva” (Marcuse, 1973, p. 229). Portanto, a saída esteticista afirmada por Marcuse teria como fundamento a permanência da imaginação, contra os aspectos da vida tecnicista e unidimensional que estavam sendo desenvolvidos. Através da imaginação é que os problemas da sociedade unidimensional poderiam ser enfrentados, negando a subordinação dos indivíduos à administração, empecilho para a liberdade e para a satisfação. Assim, se “as tendências totalitárias da sociedade unidimensional tornam ineficaz o processo tradicional de protesto (...) [e] até mesmo perigoso porque preserva a ilusão de soberania popular”, coloca-se em questão

se o movimento de transformação social haveria se transformado em um “fermento da coesão social” (Marcuse, 1973, p. 234).

Concretizando o projeto de teoria crítica, Marcuse percebe que a realidade impossibilitaria forma que a crítica social estava sendo feita, pois a noção de “povo” responsável pela transformação social estaria cada vez mais, comprometido com o *status quo*. Caberia perceber que a insuficiência das novas possibilidades para o processo de emancipação social, a chamada “Grande Recusa” dos modos de vida estabelecidos, seria liderada por outros sujeitos, “os párias e estranhos, (...) explorados e perseguidos de outras raças e de outras cores, os desempregados e os não empregáveis”, pois estariam no limiar da exclusão e portanto, estariam dispostos a reivindicar direitos civis (Marcuse, 1973, p. 235). Porém, essa disposição ainda era insuficiente para identificar os processos de transformação social dos quais esses sujeitos emergiriam.

4. A utopia dos “novos sujeitos históricos de mudança”

A posição política de Marcuse se afirmou, durante os anos de revolta estudantil, pelo apoio as manifestações e pela posição de negação do uso da violência (seja física ou simbólica) para deter tais protestos e também por incentivar um debate junto a seus colegas de Frankfurt (na época, Marcuse se encontrava nos Estados Unidos) sobre os limites da repressão. Para Marcuse, o uso da violência policial, em casos de ocupações de universidades coloca em evidência a dificuldade de se compreender o movimento estudantil naquele contexto desvinculado de sua relação de solidariedade internacional. O uso da repressão policial, para Marcuse, trataria o caso fora dos limites permitidos do diálogo político, com o “uso das armas inimigas” (Adorno & Marcuse, 1999, p. 132).

Os argumentos contra a “criminalização” procuraria valorizar a forma que o movimento estudantil estaria conduzindo as lutas sociais para além de um contexto nacional e estabelecendo de uma solidariedade internacional. Marcuse apoiava os estudantes, acreditando que eles teriam a perspectiva de “efetivar uma intervenção social”, pois “o alvo é agora um protesto contra o capitalismo, que corta as raízes da

existência, contra seus capangas no Terceiro Mundo, sua cultura e moralidade” (Adorno & Marcuse, 1999, p. 132). Por isso, o movimento estudantil seria um *catalizador* das lutas sociais, sobretudo “na mobilização de novos círculos da população contra o imperialismo americano (Adorno & Marcuse, 1999, p. 133).

Os estudantes norte-americanos se mobilizaram após 1964 de várias formas, principalmente, criando comitês de mobilização contra a guerra do Vietnã, que cresceram significativamente nos campus a partir de 1966, havendo também intervenções contra o Partido Democrata e em apoio aos *Black Panthers* (Harman, 1998). Na Alemanha, desde os ocorridos da morte de Breno Ohnesorg, em 1967, o movimento estudantil ganhava contornos cada vez mais anti-imperialistas e solidários com os países do Terceiro Mundo (Brown, 2009). Esse seria o papel *catalizador* referido acima, ou seja, a criação de uma mobilização nacional – no interior de uma sociedade unidimensional – mas que estaria voltado para compreender como certas contradições globais se apresentavam nos contextos nacionais, ou mesmo, mobilizar a sociedade para maior abertura política e para a formulação de reivindicações que comporiam a chamada “oposição radical”.

Com isso, se abre uma perspectiva que poderia ser aproveitada pela teoria social, explicando razoavelmente os desafios que estavam sendo gestados no interior das sociedades. Ao formular teoricamente essas perspectivas, encontra-se uma centralidade das forças estudantis no combate às forças técnicas da sociedade, das quais a universidade passaria a integrar e, portanto, o slogan “destrua a universidade” teria sentido nesse contexto. Evidentemente, o caminho para a construção de uma teoria vinculada à prática fundamenta-se na relação direta com os eventos políticos, que por sua vez, suscitavam revisões teóricas ou mesmo novos questionamentos. Uma forma de expressão, referente ao posicionamento político, seriam as tentativas de romper com os limites do possível, tanto do lado capitalista quanto do lado socialista.

Entretanto, é no mínimo dúbio que Marcuse, da mesma forma que apoiaria os estudantes e conseqüentemente visualizava um movimento de ruptura, era descrente

com a própria ruptura que estimava. É nessa ambivalência que se coloca a noção de utopia marcusiana, que irá se desenrolar através de “uma prática política que atinge as raízes do confinamento e contentamento na infraestrutura do homem, uma prática política de metódico desengajamento e recusa do Establishment, visando uma radical transvalorização de valores” (Marcuse, 2000, p. 6). Não importaria a origem de classe desses movimentos, se vistos como revoltas de classe média, mas importaria apenas que eles estariam à frente da rejeição das regras do jogo. Porém, essa transgressão caberia, como já dito, às artes – e Marcuse anima os estudantes da *École des Beux Arts* de Paris com isso – como uma mediação razoável que permitisse essa transgressão e que nela pudesse revelar a *negatividade* da qual “a arte dessublimadora e a antiarte de hoje “antecipariam” um estágio onde a capacidade de produção da sociedade pode ser semelhante à capacidade criativa da arte e a construção de um mundo de arte semelhante à reconstrução do mundo real” (Marcuse, 2000, p. 48). Desse modo, desloca-se o problema da contradição entre a unidimensionalidade e a utopia para o campo da arte - assumindo a estética, o primado da utopia - o que também poderia ser vislumbrado através da luta pelo Eros, como luta política (Marcuse, 1975).

Mas, estranhamente, Marcuse se confronta com a própria realidade que ele conhecia do movimento e a mesma que era ponto de partida de sua análise para uma compreensão alargada entre Primeiro e Terceiro mundo e a tentativa de articulação global das forças de resistência. A noção de arte que é utilizada aqui é uma noção que se restringe claramente à arte ocidental da Modernidade, criada com os mesmos mecanismos e formas de pensamento do Establishment que deveriam ser negadas para a superação do mesmo Establishment. O projeto de emancipação almejado conduzia, em seu limite, à mesma incapacidade de emancipação prometida pelas forças técnicas da sociedade unidimensional. Isso significa considerar as imposições unidimensionais encontradas na subjetividade, na arte, na estética e no Eros, os elementos de sua oposição.

Porém, é a partir dessas considerações que Marcuse opera um deslocamento de centralidade da classe operária para “novos sujeitos históricos”, ou seja, “grupos que por virtude de sua consciência e necessidade, funcionam como potenciais catalizadores de rebelião contra a maioria das quais, por sua origem de classe, eles pertencem”, cuja revolta “contra as velhas sociedades é verdadeiramente internacional: emerge de uma nova e espontânea solidariedade” (Marcuse, 2000, p. 51-52). De forma geral, Marcuse aponta que outras classes sociais, que outrora não apresentavam um caráter revolucionário, estariam a expandir essa dimensão, juntamente com as populações do gueto. O aspecto revolucionário no interior da sociedade capitalista avançada haveria se deslocado, “da classe trabalhadora industrial organizada para minorias militantes”, através de desenvolvimentos internos, que justificariam uma teoria sobre esse desvio. Essas transformações colocariam novas perspectivas de mudança que alterariam a base tradicional de mobilização, e a formação de uma nova base, “novos sujeitos históricos de mudança, respondendo a novas condições objetivas, com necessidades qualitativamente diferentes e novas aspirações”, que reavaliariam os conceitos de democracia parlamentar e de transformações revolucionárias (Marcuse, 2000, p. 52-3).

Porém, Marcuse não irá negar a importância das classes sociais, nem da classe trabalhadora nas sociedades capitalistas avançadas, mas a efetividade de sua ação de transformação passaria a depender dos “catalizadores”, que não estavam em seu interior, como os movimentos estudantis, já que, pelo seu diagnóstico, a classe trabalhadora seria objetivamente uma classe “em si” e não uma classe “para si”, dependendo, portanto, de sua radicalização subjetiva. A passagem para a radicalização política da classe trabalhadora, a seu ver, dependeria de um enfraquecimento da coesão social, diferentemente da estabilidade econômica que estava acontecendo nos países centrais.

Além disso, deve-se considerar que a própria composição da classe trabalhadora estaria mudando, com o declínio dos trabalhadores manuais e com o aumento do número e da importância dos *white-collars*, técnicos, engenheiros e

especialistas, operando tanto uma divisão no interior da classe trabalhadora, quanto uma diminuição gradual de sua função no processo de produção. Os novos grupos que comporiam essa “nova classe”, regularmente compondo processos intelectuais de trabalho, teriam interesses diferentes da antiga classe trabalhadora, estando “bem integrados e bem recompensados”, pois estariam promovendo o progresso da técnica, mas que, por outro lado, apenas uma “revolução contra a tecnocracia” faria sentido, subjugando a técnica aos objetivos concretos dos homens (Marcuse, 2000, p. 55-6). O panorama que se estabelecia, não seria um panorama revolucionário, mas um panorama em que a forma disposta pelo sistema capitalista estaria conduzindo uma situação pré-revolucionária.

Por conta dessa constatação, Marcuse analisa que os estudantes e trabalhadores teriam interesse para a rejeição da sociedade existente. No entanto, caberia aos estudantes se perceberem em sua ação política, revitalizando o conflito de classes, o que resultaria em saírem à frente em muitas das mobilizações ocorridas. Seriam eles que perceberiam, através do ganho de benefícios pela estrutura da sociedade industrial avançada, que teriam interesses comuns de classe. De outra forma, o processo produtivo aumentaria a necessidade de ampliação da classe trabalhadora, e assim os estudantes fariam parte dela, de uma “nova classe trabalhadora”. Com isso, o movimento estudantil adquire uma composição diferenciada, com “setores bastante importantes da velha intelectualidade e da população não-estudante [que] tomam parte ativa no movimento”, e por assim ser, “proclama objetivos muito diferentes e aspirações; as exigências mais gerais para as reformas educacionais são apenas a expressão imediata de objetivos mais amplos e mais fundamentais” (Marcuse, 2000, p. 59-60), ganhando formas diferentes nos países de acordo com os regimes vigentes. Como o movimento estudantil não poderia ser reduzido apenas às mobilizações de estudantes, deveria se considerar outros setores em sua composição - evitando reducionismos - e permitindo entender a articulação entre demandas imediatas e políticas. Outro aspecto que chama atenção é

que não se poderia generalizar que o movimento estudantil apresentaria uma posição apenas restrita aos Estados capitalistas e suas democracias.

O duplo direcionamento, a oposição ao capitalismo e ao socialismo, revelaria a abrangência global de mobilização através da percepção do contexto nacional, que na maioria das vezes, conduziu a uma violenta relação entre os Estados e os movimentos oposicionistas. Aqui se faz necessário também pensar o movimento estudantil nos países socialistas. Casos como a Primavera de Praga, quando os estudantes da Checoslováquia confrontaram-se com a militarização soviética, em defesa dos projetos de Dubcek para a democratização do país e contra a stalinização crescente imputada pelo Kremlin, refletem que mesmo por conta do comunismo, essa situação não garantiria formas mais humanas de vida, nem mesmo conseguiriam consolidar a liberdade nascente e almejada. O processo de “normalização” exigido pela URSS, aceito num segundo momento por Dubcek, se baseava na censura da imprensa, demissão de líderes partidários e reestabelecimento do controle soviético das forças armadas e polícia, revelou que o controle autoritário persistiria na Checoslováquia, agravando as relações entre o Estado e a sociedade, e permitindo também que os estudantes ganhassem “uma inesperada resposta favorável de um grande número de trabalhadores” (Harman, 1998, p. 122-123), criando condições para a dura repressão efetivada pelos soviéticos, em nome da manutenção do autoritarismo das estruturas comunistas e em oposição ao “socialismo de face humana”. O confronto influenciou decisivamente os Partidos Comunistas ocidentais, que não mais poderiam se espelhar nas experiências do mundo soviético, pois as “velhas certezas stalinistas estavam perdendo seu rumo”, mas isso ajudou “a conduzir os jovens recém-ativistas politicamente conscientes em todo o mundo pelos acontecimentos de 1968 para procurar em outro lugar as inspirações revolucionárias (Harman, 1998, p. 124).

Marcuse se destaca em perceber que os movimentos estudantis conduziram a uma crítica ao comunismo soviético e ao capitalismo ocidental, assim como demonstravam os estudantes de Praga. No entanto, como se faz necessário perceber,

Marcuse não foi o “chefe” ou ideólogo de uma revolução juvenil como muito se crê. Em uma entrevista cedida ao jornal francês *Express*, o filósofo comentou sobre seu apoio ao movimento e sobre a influência de suas ideias, afirmando que “Estou profundamente comprometido com o movimento dos “estudantes raivosos”, mas eu certamente não sou o seu porta-voz”, pois, nesse caso seria “a imprensa e a publicidade que me deram este título e me transformaram em um pedaço de mercadoria bastante vendável” (Marcuse, 2005, p. 100). Marcuse identifica outros “ideólogos” do período, como Che Guevara, Régis Debray e Rudi Dutschke “porque esses homens realmente arriscaram e estão arriscando suas vidas na batalha por uma sociedade mais humana, ao passo que eu participo dessa batalha somente através de minhas palavras e minhas ideias” (Marcuse, 2005, p. 100).

Embora houvesse grande ressonância de seu pensamento em parte dos movimentos estudantis, como na França, Estados Unidos e Alemanha, elas apenas *convergem* com algumas das constatações dos próprios movimentos. A partir de *One-dimensional Man* se percebe quais os limites que as sociedades estariam alcançando em torno de seus projetos alternativos; porém, mesmo herdeiro do pessimismo frankfurtiano, Marcuse buscava romper, ainda que utopicamente, os déficits com que esse pensamento se depararia na compreensão da sociedade daquele momento.

5. A busca pelo “outro”: a nova esquerda

Ainda, se faz necessário aludir que o pensamento de Marcuse é influenciado *por* e influente *na* emergente nova esquerda (*New Left*), por conta de suas formulações acerca dos “novos sujeitos históricos de mudança”. Conforme se vincula a noção de que os movimentos estudantis estariam se desalinhando das questões eurocêntricas capitalistas, haveria a valorização de novas experiências que estavam se dando nos países do Sul global. Esse deslocamento é o ponto de partida para se perceber a emergência de um novo movimento na esquerda ocidental. Se muitas das reivindicações de 1968 fracassaram, especialmente o projeto de democratização das universidades,

houve, por conseguinte, a abertura de novas dimensões políticas, como “novos espaços, onde se necessitava de novas ideias e práticas”, ou mesmo, novas sensibilidades para com a política (Eley, 2005, p. 419).

Na raiz desse problema se encontrariam pelo menos duas oposições táticas que marcariam as tomadas de posição para os movimentos de esquerda e de oposição não alinhados aos soviéticos. A primeira oposição, bastante presente na Europa Ocidental, se daria entre a oposição extraparlamentar *versus* oposição parlamentar. Do lado da oposição extraparlamentar, a cisão se aprofundaria entre luta armada *versus* luta pacífica, o que poderia implicar ou não em aproximações entre a vertente parlamentar e a tática pacífica. Contudo, os movimentos de cunho trotskista, maoísta ou mesmo a adoção de “táticas armadas” acabaram tendo uma vida curta em muitos lugares. Na Alemanha e na Itália, o cunho de um movimento por autonomia preencheu bastante desses espaços, com práticas que buscavam a desalienação da vida cotidiana, sua descolonização e a busca de possibilidades de uma democracia mais horizontal, mas resultou também numa intensificação das lutas anticapitalistas (Katsiaficas, 2006). Questões ligadas à sociedade civil, “educação, trabalho social, assistência à saúde, legislação, funcionalismo público, profissões, sindicatos”, que proporiem, paulatinamente, a derrubada da força e da resistência do Estado (Eley, 2005, p. 419) foram ancoradas como pautas de reivindicações desse movimento de esquerda, deslocando a generalidade das lutas sociais anteriores às questões da política imediata: a conquista da democracia, o fortalecimento das instituições, a ampliação dos processos democráticos eleitorais e participativos. A oposição extraparlamentar, *grosso modo*, abdicou da ação direta, da organização comunitária, da aproximação entre política e vida cotidiana, ou mesmo, da crítica às diferenciações de gênero, elaboradas pelos movimentos feministas. As vias eleitorais conseguiram o reestabelecimento da socialdemocracia, assentada no desalinhamento no interior da esquerda, a separação entre a “velha” esquerda, alinhada do Partido Comunista Soviético e com força política entre as lideranças sindicais, de uma “nova esquerda”, mais voltada às novas

experiências no campo da política⁵, fator significativo que demarcará novas sensibilidades e caminhos a serem trilhados.

Com origem oficial nos Estados Unidos, a partir dos movimentos de luta por direitos civis, a nova esquerda conseguiu um significativo apoio de vários setores civis e políticos, principalmente por conta dos *Black Panthers*, ou pela solidariedade com o Vietnã e contra o imperialismo norte-americano, ou mesmo no sentido da consolidação dos direitos civis, ampliando a noção de esquerda anteriormente utilizada. O marco de surgimento europeu, os manifestos de 1968, apresentaram várias similitudes com as ideias norte-americanas, em especial, a crítica à sociedade de consumo e o deslocamento dos sujeitos tradicionais ou a busca da concretude dos novos sujeitos sociais que pudessem implementar um papel de constante mobilização política e, assim, dar rumos aos novos caminhos iniciados pela esquerda. Para Marcuse (1981), esse movimento político havia surgido num momento de contrarrevolução e, principalmente, tendo como pano de fundo as transformações da sociedade unidimensional, que deslocariam a participação da classe trabalhadora no movimento político, para a participação de outros grupos que até então não estariam contemplados nas mobilizações da esquerda mundial. Nesse sentido, a nova esquerda buscava apreender as transformações culturais que estavam ocorrendo, porém enfatizaria as suas mobilizações políticas em torno dos intelectuais e não em torno da classe trabalhadora, o que resultaria num isolamento, mas também num projeto de negação da cultura do capitalismo avançado. A centralidade dessa nova esquerda, ao contrário dos antigos setores, seria cultural e não econômico-política.

O movimento da nova esquerda surge através da Grande Recusa, uma visão qualitativamente diferente da sociedade, criando, por um lado, a possibilidade de observar o movimento através da solidariedade internacional, porém, por outro,

⁵ Num registro bastante amplo, a nova esquerda na Europa se demarcou principalmente a partir do *Maião* Francês, quando, nas manifestações de 13 de maio uniram Georges Seguy, chefe da CGT (Confédération Générale du Travail) francesa e o líder estudantil Daniel Cohn-Bendit, que representavam, unidos, a velha e a nova esquerda francesa (Eley, 2005).

responsável por desconectar as lutas sociais de seu todo (Katsiaficas, 1987). Uma definição apropriada sobre esse movimento político teria que levar em conta os “grupos políticos que estão situados à esquerda dos tradicionais partidos comunistas; eles não possuem ainda uma nova forma de organização, estão sem uma base e estão isolados da classe trabalhadora” (Marcuse, 2005, p. 183). Os interesses políticos desses grupos permeiam o antiautoritarismo e a redefinição do conceito de revolução, trazendo para a discussão novas formas de liberdade e potencialidades para a superação do capitalismo avançado, com mudanças significativas na economia política, nos modos de produção, nas instituições, e, as novas necessidades e seu preenchimento. Ainda de início restritos aos Estados Unidos, alimentava-se a esperança de que esses movimentos congregavam em seu interior visões que pudessem colocar em xeque tanto o capitalismo unidimensional como o aparato burocrático soviético, denunciando a forma pela qual esses sistemas estariam se impondo, através da forte dominação autoritária.

A viragem mostra-se como uma *revolução cultural*, pois seria essa a forma que o movimento estudantil havia tomado, dando ênfase aos desejos e as esperanças: “o desejo para um novo senso moral, para um ambiente mais humano, para uma completa “emancipação dos sentidos” (...), uma libertação dos sentidos desde a compulsão para perceber as pessoas e as coisas apenas como objetos de troca” (Marcuse, 2005, p. 184). Nesse sentido, a nova esquerda se encarregaria da emancipação da imaginação em oposição às aporias da razão instrumental, conforme os slogans “Poder para a imaginação!” e “seja realista, peça o impossível” representam a força emancipatória da arte e da estética.

A contradição entre a realidade e o impossível faria com que se assumisse uma postura oscilante, entre o realismo, a estética e a utopia. Outrossim, a base cultural estabelecida veio a reduzir as determinações econômico-políticas em termos de aspectos culturais. Porém, novamente aqui entra o problema de tomar a emancipação apenas pela estética, de forma a não perceber as restrições tangentes. Se a nova esquerda pudesse ser reduzida ao ponto que Marcuse a entende, então sua forma de

ação estaria restrita aos países centrais, pois a dimensão artística desenvolvida, o discurso da Modernidade Cultural, seria o próprio fator ideológico de consolidação epistemológica e de imposição cultural. Mas, é entendendo que a nova esquerda precisaria encontrar o seu sujeito social – e, nesse sentido, sua teoria parece se valer de um apriorismo da “imaginação” sobre a prática, conforme os sujeitos já previamente idealizados necessitariam apenas de ser encontrados. A preocupação com os excluídos, com os “outros”, teria o intuito de compreender esses “novos sujeitos” que, através das lutas sociais, se articulariam contra o sistema capitalista, sobretudo, fora do espaço dos países centrais. O caminho da imaginação transcenderia as fronteiras políticas e sociais, no sentido de reestabelecer a utopia das reais possibilidades revolucionárias desse período. Se deveria levar em consideração, como afirma Marcuse (2005), que a noção de revolução empregada foi diferente daquela de décadas anteriores, por se basear na preocupação com o “Terceiro Mundo”, por se basear no comunitarismo, na autonomia e na liberdade individual, e, por almejar uma sociedade internacional descentralizada das instituições políticas e econômicas e procurando novas formas de harmonia com a natureza, disposta através de um amálgama cultural, que uniria esses fatores. Em grande medida, isso congregou muitas das aspirações sociais em voga naquele momento, por se apoiar em valores de solidariedade internacional, inter-racial e na rejeição de valores da classe média (como acumulação de riqueza e poder) e, principalmente, por tentar reconstruir a vida cotidiana, através de uma maior sensibilidade cognitiva.

A nova esquerda, em sua perspectiva europeia e norte-americana, se definia pela solidariedade internacional, pela perspectiva dos novos sujeitos, pela ruptura com o comunismo soviético e pela crítica ao capitalismo, que se aproximava da crítica de Marcuse à sociedade unidimensional. Questões como o autogoverno e a crítica à repressão no mundo capitalista, o encontro de novos agentes emancipadores e o enfoque da revolução cultural marcaram um efeito de contágio, o “eros effect”, demarcando a existência de movimentos globais e quando “novas formas de poder emergiram em oposição à ordem estabelecida e novas visões do significado de liberdade

foram formuladas na ação de milhões de pessoas” (Katsiaficas, 1987, p. 6). Marcuse teve algum sucesso em trilhar esse caminho, pois a percepção dos empecilhos alienantes do cotidiano, as chamadas mediações ou a denominada sociedade unidimensional, apesar de não terem sido suficientemente abordadas por Marcuse, compuseram, em larga escala, as críticas dos movimentos sociais. No sentido marcusiano, a nova esquerda proporia uma nova cognição epistêmica da sociedade – especialmente, do indivíduo – sobre o mundo.

Conclusão

Apesar de muitos debates sobre a pertinência do pensamento de Herbert Marcuse sobre os protestos políticos dos anos 1960, sobretudo em torno da questão da emergência do movimento estudantil, há ainda inúmeros pontos a serem explorados no interior da temática. Tendo em vista tais transformações sociais, Marcuse articula a objetividade das estruturas sociais e as tensões sobre o sujeito, apresentando certo equilíbrio entre as expectativas dos “sujeitos revolucionários” e sua real capacidade de mudança - apesar do conhecido destaque sobre a unidimensionalidade da estrutura social daquele tempo. Porém, a tentativa de compreensão e atualização da ação dos sujeitos, para além da centralidade da classe trabalhadora tradicional, é algo de suma importância para os dias atuais.

A capacidade de percepção alargada de “novos sujeitos” articula uma saída bastante precisa para a perspectiva marxiana, conforme a imaginação, a arte e a estética tendem a romper as determinações colonizantes e unidimensionais da vida cotidiana, juntamente com uma composição social (classista) mais ampla. Entretanto, coloca-se em questão se essa perspectiva não se trata de uma especificidade conjuntural, restrita as disposições classistas das sociedades de capitalismo avançado daquele período. Porém, a conversão da composição classista para a atuação política apresentou alguns efeitos duradouros para a renovação da esquerda europeia, seja na composição partidária, seja na participação de movimentos sociais.

Se, a procura de um novo sujeito foi a tônica de Marcuse, a alternativa pautada na estética e na arte parece, *grosso modo*, engessar as alternativas postulantes. Porém, o efeito de “contágio”, a medida que aparece na articulação de eventos locais, nacionais e globais permite uma nova releitura da situação, a saber, a percepção de interligações entre as demandas sociais e seu efeito nos atores, apresentando um sentido cultural alargado para a busca de novas experiências políticas.

Bibliografia

ADORNO, Theodor e MARCUSE, Herbert. Correspondence on the German Student Movement. *New Left Review*, London, January-February 1999, nº 1/233, p. 123-136.

BROWN, Timothy. "1968" East and West: Divided Germany as a Case Study in Transnational History. *The American Historical Review*, Chicago, February 2009, nº 114, p. 69-96.

CHAUVEL, Louis. Classes e Gerações: A insuficiência das hipóteses da teoria do fim das classes sociais. *Crítica Marxista*, São Paulo, Boitempo, v.1, n.15, 2002, p.57-70

ELEY, Geoff. *Forjando a Democracia: A história da esquerda na Europa, 1850-2000*. 1ª Edição. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

HARMAN, Chris. *The Fire Last Time: 1968 and after*. 2nd Edition. London, Chicago and Sydney: Bookmarks, 1998.

KATSIAFICAS, George. *The Imagination of the New Left: A Global Analysis of 1968*. 1st Edition. Cambridge: South End Press, 1987.

_____. *The Subversion of Politics: European autonomous social movements and the decolonization of everyday life*. 1st Edition. Edinbourg: AK Press, 2006.

MARCUSE, Herbert. *A Ideologia da Sociedade Industrial: O homem Unidimensional*. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

_____. *Exigir o Impossível*. 1ª Edição. Lisboa: Teorema, 1974.

_____. *Eros e Civilização: Uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

_____. *Contra-Revolução e Revolta*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *An Essay on Liberation*. 1st Edition. Boston: Beacon Press, 2000.

_____. *Razão e Revolução: Hegel e o advento da teoria social*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

_____. "The Failure of New Left". In: Kellner, Douglas (Ed.), *The New Left and the 1960s*. 1st Edition. London and New York: Routledge, 2005. p. 183-191.

- MATTICK, Paul. *Critique of Marcuse: One-Dimensional Man in Class Society*. 1st Edition. New York: Herder and Herder, 1972.
- MESZAROS, István. *O Poder da Ideologia*. 1ª Edição. São Paulo: Boitempo, 2004.